RELATÓRIO E PARECER

DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Dona Francisca, apresento o Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2016, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos da Resolução nº 1.052/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

1. Destaca-se, inicialmente que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal n.º 707/2001, de 18 de setembro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 934/2006, de 07 de dezembro de 2006; sendo que em 25 de março de 2014, através da Lei Municipal nº 1.422/2014, houve nova alteração da legislação pertinente ao Controle Interno, revogando as legislações anteriores. Os membros do Controle Interno foram designados, nos termos da nova legislação (Lei Municipal nº 1.422/2014), através da Portaria nº 056/2014, de 22 de abril de 2014.

2. Ressalta-se que a correção de alguns procedimentos, que foram sugeridos pelo Departamento de Controle Interno estão sendo encaminhados para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca de atuação balizada sempre pelos princípios que regem a Administração Pública (CF, art. 37).

3. Em análise da execução do orçamento, verificamos o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, cujos objetivos não foram atingidos na sua totalidade em razão da aplicação de um maior aporte financeiro a alguns programas previstos na LDO, principalmente relativos a área da saúde.

4. No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Município realizou operação de crédito no decorrer do exercício de 2016, junto a Caixa Econômica Federal (Contrato nº 412.370-94) relativo ao Programa Pró-Transporte. O valor total do contrato é de R$ 1.000.000,00 (um

milhão de reais) sendo que no decorrer do exercício ingressou a importância de R$ 372.195,45 (trezentos e setenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

b) OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (ARO):

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária em 2016 pelo Município de Dona Francisca.

c) RESTOS A PAGAR:

Quanto aos restos a pagar, verificou-se que o balancete da despesa emitido em 31/12/2016 revela que o total de empenhos liquidados a pagar relativos às Unidades Gestoras da Prefeitura Municipal e RPPS foi de R$ 620.585,34 (seiscentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), que, acrescido dos restos a pagar processados de outros exercícios, no valor de R$ 82.913,27 (oitenta e dois mil, novecentos e treze reais e vinte e sete centavos), totaliza R$ 703.498,61(setecentos e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos). Verificou-se, também, que o Município possui empenhos a liquidar no valor de R$ 4.433.551,20 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e cinqüenta e um reais e vinte centavos), que acrescido dos restos a pagar não processados de outros exercícios, no valor de R$ 24.864,17 (vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos), totaliza R$ 4.458.415,37 (quatro milhões, quatrocentos e cinqüenta e oito mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e sete centavos). Considerando o exposto, os Restos a Pagar do Município, transferidos para o próximo exercício, totaliza a importância de R$ 5.161.913,98 (cinco milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e treze reais e noventa e oito centavos). Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2016, respeitando as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

RECURSOS DISPONÍVEIS X RESTOS A PAGAR EM 31/12/2016

RECURSO	Disponibilidade 31/12/2016	Restos a Pagar em 31/12/2016	SALDO
0001 – Recurso Livre	258.385,92	283.254,09	- 24.868,17
0020 – MDE	31.373,95	24.316,43	7.057,52
0031 – FUNDEB	139.169,89	112.348,46	26.821,43
0040 – ASPS	105.895,23	320.820,47	- 214.925,24
0050 – RPPS	9.258.316,99	1.125,01	9.257.191,98
1001 – FUMASS	192.499,05	0,00	192.499,05
1002 – Fundo do Meio Ambiente	51.270,66	0,00	51.270,66

1010 – Fundo da Criança e Adolescente	552,24	0,00	552,24
1040 – Alienação de Bens – MDE	1.221,67	0,00	1.221,67
1060 – CIP – Iluminação Pública	3.919,74	1.793,55	2.126,19
1070 – Multa de Trânsito	459,49	0,00	459,49
1090 – Bolsa Família – IGD	4.037,48	0,00	4.037,48
1110 – Alienação de Bens Imóveis	30,41	0,00	30,41
2100 – PNAE – Merenda Escolar	134,53	0,00	134,53
2220 – Conv. PRODES –Equipamentos	7.219,52	0,00	7.219,52
2230 – Conv. Prodesa – Máq. Rodov.	5.149,97	0,00	5.149,97
2300 – Conv. PRODESA – Veículo	3.750,00	0,00	3.750,00
2350 – Conv. Ministério Cidades	1.265,98	0,00	1.265,98
2360 – PNAC – Mer. Escolar Creche	351,50	0,00	351,50
2370 – PNATE – Transp. Escolar	4.673,20	0,00	4.673,20
2420 – Conv. Ministério do Esporte	245.200,68	243.750,00	1.450,68
2450 – PNAP – Merenda Pré-Escola	105,28	0,00	105,28
2550 – M.I. Nacional – S. Emergencia	597.462,29	577.480,00	19.982,29
2570 – FNAS – PAIF	11.576,70	0,00	11.576,70
2600 – FNDE – Aquisição de Veiculo	8.123,68	0,00	8.123,68
2620 – Conv. M.Turismo – Centro Afro	58.704,89	58.704,89	0,00
2630 – FNDE – PAR	1.887,43	0,00	1.887,43
2650 – IGD-SUAS	2.918,77	0,00	2.918,77
2680 – FNDE – Prog. Apoio Creches	8.365,33	0,00	8.365,33
2700 – Convênio FUNASA	2.493.708,70	2.493.708,69	0,01
2710 – FNDE – Brasil Carinhoso	650,93	0,00	650,93
2780 – Operação de Crédito - CEF	627.804,55	627.804,55	0,00
3060 – Salário Educação	123.977,12	0,00	123.977,12
3090 – Convenio Transporte Escolar	13.164,92	0,00	13.164,92
3210 – CIDE	10.302,72	0,00	10.302,72
3340 – Conv. Secretaria da Agricultura	1.066,46	0,00	1.066,46
3410 – Rec. SERI – Sit. Emergência	227,29	0,00	227,29
3490 – FMAS – Passe Livre	8.559,71	0,00	8.559,71

3500 – Leite Gaúcho	1.184,42	0,00	1.184,42
3510 – Conv. CORSAN – Abast.Agua	406.175,65	406.175,65	0,00
4011 – Incentivo Atenção Básica	5.714,21	0,00	5.714,21
4050 – Farmácia Básica	145.552,97	0,00	145.552,97
4080 – Incentivo PACS	20,00	0,00	20,00
4090 – Incentivo PSF	140.000,00	0,00	140.000,00
4160 – PIM – Primeira Infância Melhor	53.000,00	0,00	53.000,00
4190 – Epidemiologia e Vacinações	57,00	0,00	57,00
4230 – Apoio a Rede Hospitalar	3.895,32	2.868,55	1.026,77
4292 – FES Ambulância	821,42	0,00	821,42
4510 – PAB Fixo	8.063,19	7.763,64	299,55
4521 – PAB PMAQ – Acesso e Qualid	39.383,84	0,00	39.383,84
4530 – PAB PACS – Agente Saúde	304,20	0,00	304,20
4590 – Teto Financeiro (SIA/SUS)	7,64	0,00	7,64
4620 – SAMU – Federal	223,17	0,00	223,17
4710 – Teto Financeiro (Vig.Sanit/Epid)	51.901,35	0,00	51.901,35
4730 – Campanha de Vacinação	17,07	0,00	17,07
4770 – Farmácia Básica Fixa	7.692,89	0,00	7.692,89
4780 – Farmácia Básica Variável	9,01	0,00	9,01
4911 – Informação/Inform. Em Saúde	111,75	0,00	111,75
4929 – Conv. M. Saúde – Academia	781,35	0,00	781,35
4996 – Programa Qualificação UBS	6.178,97	0,00	6.178,97
TOTAIS	**15.154.580,29**	**5.161.913,98**	**9.992.666,31**

Analisando-se o quadro acima, verifica-se a suficiência financeira para cobertura de empenhos inscritos em restos a pagar em quase todos recursos vinculados, tendo ocorrido insuficiência financeira para cobertura de empenhos em restos a pagar somente nos recursos vinculados relativos a 0001 – Recurso Livre, no valor de R$ 24.868,17 (vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos) e 0040 – ASPS, no valor de R$ 214.925,24 (duzentos e quatorze mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos). Alguns dos valores das disponibilidades constantes da tabela acima foram ajustados, levando em

consideração os créditos a receber do governo federal e governo estadual, bem assim os valores pertencentes a terceiros (consignações).

6. No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23 da Lei Complementar n.º 101/2000, cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Receita Corrente Líquida (RCL)	R$ 13.125.148,84
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R$ 6.360.661,32 = 48,46% s/ RCL
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF	R$ 6.378.822,33 = 48,60% s/ RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	R$ 6.733.201,35 = 51,30% s/ RCL
Limite legal cfe art. 20, III, "b" da LRF	R$ 7.087.580,37 = 54,00% s/ RCL

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal no exercício de 2016, calculado de acordo com a metodologia do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, está inferior ao Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

7. A dívida consolidada líquida do município apresenta uma situação **nula** em 31 de dezembro de 2016, atendendo ao disposto na Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida RCL	R$ 13.125.148,84	
Dívida Consolidada Liquida	0,00	
Limite de emissão de alerta cfe art. 59, § 1º, III da LRF	14.175.160,74	= 108,00%
Limite legal cfe art. 3º, II da Resolução 40/2001	15.750.178,60	= 120,00%

8. No exercício de 2016 , no que tange a recursos provenientes de alienação de bens, o Município arrecadou a importância de R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais) e obteve rendimentos líquidos de aplicação financeira na importância de R$ 7.708,44 (sete mil, setecentos e oito reais e quarenta e

quatro centavos). Considerando o disposto no Artigo 44 da Lei Complementar 101/2000, o Município aplicou os recursos provenientes da receita resultante de alienação de ativos, no valor de R$ 263.255,24 (duzentos e sessenta e três mil, duzentos e cinqüenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). O Município iniciou o exercício financeiro com um saldo financeiro de R$ 240.798,88 (duzentos e quarenta mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) e transferiu para o exercício de 2017 a importância de R$ 1.452,08 (um mil, quatrocentos e cinqüenta e dois reais e oito centavos), conforme resumo abaixo:

Saldo do Exercício Anterior	**240.798,88**
(+) Receita da Alienação de Bens em 2016 e rendimentos	23.908,44
(-) Aplicação em Despesas de Capital - Investimentos	263.255,24
(=) Saldo transferido para o exercício seguinte	**1.452,08**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9. Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2016, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal n.º 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos:

DESPESA FIXADA	**R$**	**19.008.991,90**
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R$	3.689.067,02
(-) REDUÇÕES/RESEVA DE CONTINGÊNCIA	R$	(2.783.822,00)
CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO	R$	591.192,34
TOTAL DESPESA AUTORIZADA	**R$**	**20.505.429,26**

Estes créditos adicionais autorizados são provenientes da utilização dos seguintes recursos:

Superávit Financeiro	400.396,79
Excesso de Arrecadação	1.089.040,57
Anulação de Dotações	2.790.822,00
TOTAL	**4.280.259,36**

b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal n.º 4.320/64 e Portarias Ministeriais.

c) Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal n.º 4.320/64 e Portarias Ministeriais).

d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal n.º 4.320/64.

e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimento, etc.), nos termos da legislação vigente.

f) Com relação a adiantamentos de numerários, constatamos que o Município não promoveu nenhum adiantamento durante o exercício de 2016.

g) Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

h) Houve controles contábeis mensais das entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado.

i) Foi realizado inventário dos bens patrimoniais, sendo que as informações constantes do sistema patrimonial conferem com os registros contábeis apenas nos bens móveis, não ocorrendo com os bens imóveis, mas mesmo assim são suficientes para demonstrar a posição do Patrimônio do Município.

j) No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada, com exceção de que algumas retenções relativas a contribuições ao FUMASS (Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Municipais) em exercícios anteriores não foram recolhidas.

k) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura, bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no art. 43 da Lei 4.320/64, no exercício de 2016.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:

10. Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

a) **Balanço Financeiro**: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2016, mediante a aplicação do seguinte teste:

SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**9.086.158,10**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA	16.326.613,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	475.937,44
RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	6.432.849,22
SOMA	**32.321.557,94**

Menos (-):

DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA (EMPENHADA)	18.241.546,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	475.937,44
DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	2.551.072,25
SOMA	**21.268.555,99**

Igual (=)

SALDO DAS DISPONIBILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**11.053.001,95**

b) **Demonstração das Variações Patrimoniais**: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2016.

Variações Patrimoniais Aumentativas		**22.533.218,45**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		630.961,67
Contribuições		1.227.767,34
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		39.266,11
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.807.416,51
Transferências e Delegações Recebidas		17.872.106,68
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		13.427,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		466.334,76
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	**(-)**	**17.508.586,04**
Pessoal e Encargos		7.379.620,79
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.169.928,41
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.568.168,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		150.362,75
Transferências e Delegações Concedidas		2.206.276,62
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		671.861,19
Tributárias		120.632,22
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.241.735,32
(=) Resultado do Exercício (superávit)	**(=)**	**5.024.632,41**

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

c) **Balanço Patrimonial**: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (anexo 14) foi aplicado o seguinte teste de revelação de saldo contábil:

Saldo Patrimonial do Exercício Anterior	**20.273.900,53**
(+) Resultado do exercício apurado conforme demonstração das variações patrimoniais	5.024.632,41
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores	(-) 100.838,13
(=) Saldo Patrimonial do Exercício Atual (31/12/2016)	**25.197.694,81**

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.

PARECER

Diante do exposto, o Sistema de Controle Interno é de Parecer que as Metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Programas do Governo Municipal elencados na Lei Orçamentária do Exercício 2016, foram adequadamente cumpridas, ressalvando alguns projetos/atividades que no decorrer do exercício foram considerados irrelevantes face aos demais projetos/atividades executados, bem assim a ausência de recursos financeiros disponíveis para sua execução.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, nota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

É o relatório e parecer.

Dona Francisca, aos 27 de janeiro de 2017.

Airton Lorenzoni
Coordenador do Departamento
de Controle Interno